

A “AUDIÊNCIA PÚBLICA SIMULADA” EM SALA DE AULA COMO PRÁTICA PARA ABORDAR CONFLITOS TERRITORIAIS

THE “SIMULATED PUBLIC HEARING” IN THE CLASSROOM AS A PRACTICE TO TALK ABOUT TERRITORIAL CONFLICTS

LICIO CAETANO DO REGO MONTEIRO

Doutor em Geografia (PPGG/UFRJ)

Professor Adjunto do Departamento de Geografia e Políticas Públicas, Universidade Federal Fluminense (Campus Angra dos Reis)

licioaetano@gmail.com

RESUMO: O PRESENTE TRABALHO É RESULTADO DE UMA EXPERIÊNCIA DE “AUDIÊNCIA PÚBLICA SIMULADA” REALIZADA COMO ATIVIDADE DIDÁTICA DA DISCIPLINA SOCIEDADE E NATUREZA (2º PERÍODO DO CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA DO IEAR/UFRJ). O OBJETIVO DA ATIVIDADE FOI ABORDAR UMA SITUAÇÃO DE CONFLITO TERRITORIAL E SOCIOAMBIENTAL NO QUAL SE PUDESSE EXPLORAR TEMAS RELEVANTES DA DISCIPLINA, COMO A GESTÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, A IDEIA DE JUSTIÇA AMBIENTAL, OS GÊNEROS DE VIDA, O MANEJO DE RECURSOS NATURAIS, AS COMUNIDADES TRADICIONAIS, ETC. A ABORDAGEM SOBRE O CONFLITO BUSCOU TAMBÉM EXPLORAR POSSIBILIDADES DE UMA GEOPOLÍTICA RENOVADA NO ENSINO DE GEOGRAFIA, CONSIDERANDO PRÁTICAS PEDAGÓGICAS QUE AUXILIEM A DESDOBRAR ASSUNTOS POUCO USUAIS ENTRE O TEMÁRIO TRADICIONAL DA GEOPOLÍTICA NAS ESCOLAS. APRESENTAMOS, POIS, UM ROTEIRO DE TRABALHO COM O PLANEJAMENTO, A EXECUÇÃO E A AVALIAÇÃO DA ATIVIDADE, DE MODO QUE ESTA POSSA SERVIR DE EXEMPLO PARA CONTRIBUIR NA ADOÇÃO DE NOVAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NO ENSINO DA GEOPOLÍTICA.

PALAVRAS-CHAVE: GEOPOLÍTICA; CONFLITOS TERRITORIAIS; JÚRI SIMULADO.

ABSTRACT: THE WORK IS THE RESULT OF AN EXPERIENCE OF “SIMULATED PUBLIC HEARING” CARRIED OUT AS A DIDACTIC ACTIVITY OF THE DISCIPLINE SOCIETY AND NATURE (2ND PERIOD OF THE DEGREE IN GEOGRAPHY OF IEAR / UFRJ). THE OBJECTIVE OF THE ACTIVITY WAS TO ADDRESS A SITUATION OF TERRITORIAL AND SOCIO-ENVIRONMENTAL CONFLICT IN WHICH ONE COULD EXPLORE RELEVANT TOPICS OF THE DISCIPLINE, SUCH AS THE MANAGEMENT OF CONSERVATION UNITS, THE IDEA OF ENVIRONMENTAL JUSTICE, LIFE STYLES, NATURAL RESOURCE MANAGEMENT, COMMUNITIES TRADITIONAL, ETC. THE CONFLICT APPROACH HAS ALSO SOUGHT TO EXPLORE POSSIBILITIES FOR A RENEWED GEOPOLITICS IN GEOGRAPHY TEACHING, CONSIDERING PEDAGOGICAL PRACTICES THAT HELP UNFOLD UNUSUAL ISSUES AMONG THE TRADITIONAL AGENDA OF GEOPOLITICS IN SCHOOLS. WE PRESENT, THEREFORE, A ROAD MAP WITH THE PLANNING, EXECUTION AND EVALUATION OF THE ACTIVITY, SO THAT IT CAN SERVE AS AN EXAMPLE TO CONTRIBUTE TO THE ADOPTION OF NEW PEDAGOGICAL PRACTICES IN THE TEACHING OF GEOPOLITICS.

KEYWORDS: GEOPOLITICS; TERRITORIAL CONFLICTS; SIMULATED JURY.

GEOPOLÍTICA: SABER POSICIONADO

Abordar situações de conflito territorial deveria ser uma prática sempre carregada de tensão, uma vez que, por definição, um conflito pressupõe lados, pelo menos dois, em oposição. “O conflito é um lugar privilegiado do ponto de vista epistemológico”, diria Porto-Gonçalves (2016)¹. Um olhar superior e externo sobre um determinado conflito tende a inibir a compreensão de que as visões produzidas sobre o conflito são também elas mesmas parte do conflito. Mesmo a busca de uma visão isenta e imparcial deve levar em conta a necessidade de entender as motivações e as estratégias de cada ator envolvido.

Quando estamos diante de um conflito territorial em análise, é preciso colocar em evidência a correlação entre os interesses de cada parte e a posição relativa de cada parte em relação ao território em disputa, seu uso, seu controle, sua regulação. Que benefício pode ser extraído pela posse de um dado território? Que regras espaciais vigentes concedem vantagens ou desvantagens a cada uma das partes? Com que argumentos o controle efetivo sobre um dado território pode ser legitimado socialmente? Dessa forma, é possível explorar a dimensão territorial do conflito e amplificar a aprendizagem propriamente geográfica, relacionando casos empíricos e construções conceituais.

Trabalhar a geopolítica em sala de aula pressupõe explorar a maneira como o saber é posi-

cionado, geográfica e politicamente. Não bastaria somente denunciar um ou outro discurso geográfico como interessado, parcial, tendencioso. A parcialidade é um pressuposto do discurso geopolítico. Cabe discutir em sala de aula as lógicas subjacentes ao posicionamento de cada ator, considerando suas estratégias espaciais. Ao reconhecer a multiplicidade de razões em conflito, o professor e os alunos, devem estar aptos a e terem garantido o direito de “tomar partido”, sendo esta capacidade uma parte substancial da formação ética e política como cidadão.

Geopolítica não trata apenas sobre conflitos internacionais, nem se refere somente a atores estatais. Já faz tempo que esses limites se romperam e é possível falar de geopolítica em conflitos locais e regionais, levando em conta múltiplos atores sociais, além do Estado. Quando são trabalhados os diferentes conteúdos programáticos que tocam assuntos considerados tradicionalmente como de geopolítica (geografia regional do mundo no 8o e no 9o ano do Fundamental; conflitos internacionais e globalização, no 2o e no 3o anos do Ensino Médio), é preciso explorar não só a geopolítica como conteúdo, mas também num sentido mais conceitual de compreensão das relações entre espaço e poder: os mecanismos de controle territorial em diferentes contextos, as estratégias espaciais de cada ator político, a maneira como ações e intenções modelam o espaço político em diferentes escalas. Logo, essa dimensão conceitual da geopolítica não

Geopolítica tradicional	Geopolítica contemporânea
Estados como atores principais	Multiplicação dos atores
Escala regional-global	Abordagens multiescalares
Conflitos internacionais	Conflitos internacionais, conflitos domésticos e suas relações
Fatos	Fatos x discursos
Razão de Estado	Razões múltiplas (humanitária, comunitária, identitária, ambiental, etc.)
8o e 9o ano, geografia do mundo no 2o ou 3o anos do Ensino Médio	Em qualquer série: questões locais e nacionais que aparecem no 6o e 7o ano do Fundamental; questões ambientais do 1o ano do Médio e nos conteúdos regionais e temáticos do mundo no 8o e 9o do Fundamental e no 2o e 3o do médio.

Quadro 1 | Geopolítica nas escolas

Organização | O autor

está presa aos conteúdos programáticos tradicionalmente rotulados como geopolítica, mas pode percorrer conteúdos variados ao longo de todas as séries (ver Quadro 1).

EXPERIÊNCIA DIDÁTICA NUMA TURMA DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

A experiência didática aqui descrita foi realizada na disciplina Sociedade e Natureza, oferecida a uma turma de 2o período do curso de Licenciatura em Geografia, do Instituto de Educação de Angra dos Reis da Universidade Federal Fluminense (IEAR/UFF). Inspirada na atividade de “júri simulado”, elaboramos uma “audiência pública simulada”. Na disciplina Sociedade e Natureza, a atividade proposta estava relacionada principalmente ao tema de justiça e conflitos socioambientais, gestão de unidades de conservação e as comunidades tradicionais.

No contexto regional da Baía da Ilha Grande, analisamos uma situação muito comum de conflito que é a que opõe comunidades tradicionais, unidades de conservação e grandes empreendimentos (condomínios, hotéis, grandes indústrias, mineração, infraestrutura de energia, como usinas, ou de transportes, como portos e rodovias). Escolhemos tratar de Trindade, em Paraty (RJ), como um caso exemplar de conflito socioambiental, em que a superposição de territorialidades, normas e usos da terra e dos recursos naturais desencadeia situações de impasse e disputas.

O uso da audiência pública simulada, em vez do tradicional júri, é uma escolha que permite uma maior compreensão do caráter político do conflito, não só como mero processo judicial, no qual lei e crime se enfrentam numa situação assimétrica difícil de se contornar. Além disso, os papéis sociais distribuídos numa audiência pública simulada podem ser mais variados e complexos, sem o recurso necessário às figuras típicas de um julgamento: advogados, promotores, juízes, testemunhas, réus e jurados. Os diferentes atores presentes na audiência pública não possuem suas falas enquadradas pelo lugar ocupado num processo judicial. Isso é de fundamental impor-

tância quando a legitimidade da fala é distribuída de acordo com as hierarquias sociais estabelecidas, quando está em jogo o diferencial de poder imposto pelo acesso à fala legítima nos diferentes contextos de conflito. A escolha, portanto, considera que a política não pode ser subsumida pelo direito. A judicialização da política seria uma perda, um encurtamento do horizonte de possibilidades contido na ação política.

A colocação de uma situação a ser resolvida incorpora também alguns elementos da chamada aprendizagem baseada em resolução de problemas, método de inspiração deweyana desenvolvido nos anos 1960 no Canadá e apropriado em diversas disciplinas e níveis de ensino desde então².

Embora a área de Geografia e Ensino muitas vezes se circunscreva à geografia escolar, o ensino de Geografia para a graduação também pode ser discutido nesse âmbito. Em primeiro lugar, porque a didática é muitas vezes negligenciada no ensino superior, como se bastasse ao professor universitário transmitir aos alunos um conhecimento adquirido, sem o intermédio de estratégias de ensino que criem situações de aprendizagem para fazer irromper múltiplos canais e mensagens na transmissão do conhecimento. Em segundo lugar, porque estratégias pedagógicas desenvolvidas nas aulas de graduação podem muito bem ser replicadas com adaptações num contexto escolar³. Por fim, as inovações didáticas aplicadas num curso de formação de professores permitem um duplo aprendizado, de conteúdo e de forma. O efeito imediato verificado com a experiência realizada foi o de tirar os alunos de sua passividade na aprendizagem, postura muito comum na universidade, em que as salas de aula silenciosas contrastam com a ebulição juvenil das salas de aula escolares.

ESTUDO DO CASO PARA REALIZAÇÃO DA ATIVIDADE

Nosso caso foi fictício, mas baseado em fatos reais. A vila de Trindade abriga uma comunidade tradicional caiçara que, desde a abertura da Rodovia Rio-Santos, no início dos anos 1970, têm enfrentado o impacto da disputa por terras e da

introdução de novos empreendimentos na região. As terras onde vivem os caiçaras e as praias de onde extraem seu sustento através da pesca e do turismo foram adquiridas em 1972 pelo grupo multinacional Brascan-Adela. No ano anterior, a mesma área foi declarada parte do recém-criado Parque Nacional Serra da Bocaina, mas logo foi desmembrada do parque ao ser destinada ao novo empreendimento. A comunidade caiçara de Trindade iniciou então uma longa luta pela manutenção de sua posse. A solução parcial foi encontrada em 1981, quando a empresa foi vendida para novos proprietários, a Cobrasinco, que fez um acordo com os caiçaras regularizando uma parte das terras para a comunidade e mantendo a maior parte para o empreendimento - a Companhia Trindade Desenvolvimento Territorial.

Em 1999, com a pavimentação da estrada que liga a vila de Trindade à Rodovia Rio-Santos, o incremento do turismo na vila ocorreu de forma concomitante à maior presença da gestão do Parque Nacional Serra da Bocaina, que buscou restringir as atividades e a área de ocupação da população caiçara no interior do Parque. As restrições originaram então um novo conflito territorial envolvendo agora não só o empreendimento imobiliário, que pode vir a descaracterizar a área como vila caiçara, mas também com o órgão ambiental, que na gestão de uma unidade de proteção integral pode vir a inviabilizar as práticas tradicionais caiçaras. O conflito foi agravado pelo fato de a própria linha demarcatória do parque ter sido estendida a partir de um recente parecer técnico, passando a incluir uma área que já vinha sendo ocupada pela comunidade para outros usos.

É dentro desse contexto que apresentamos a situação específica de conflito para ser discutida na audiência pública simulada. Um rancho de pesca da comunidade, situado dentro da área do parque, estava para ser demolido por ordem judicial. O rancho estava situado na área do parque recentemente ampliada pelo parecer técnico, justamente nos limites com o terreno do empreendimento imobiliário. Diante do descontentamento da comunidade, o Ministério Público Federal convoca a audiência pública para ouvir as

partes e buscar uma solução negociada. É então a partir desse caso fictício do rancho de pesca que iniciamos nossa simulação.

A ideia foi construir uma situação-limite, na qual o território fosse colocado em evidência como parte constitutiva, e não acessória, do conflito. Além disso, era preciso ainda enfatizar a relação entre sociedade e natureza. Logo, se o conflito opusesse somente o empreendimento imobiliário e a comunidade atingida, a questão da natureza apareceria de modo tangencial, pois o conflito fundiário ganharia a cena principal. Mesmo nesse caso, pode ser problematizado o impacto ambiental diferenciado de cada atividade, a relação de cada grupo social e cada atividade com a natureza e seus recursos. No entanto, a existência de uma unidade de proteção integral torna o caso mais complexo e permite explorar os diferentes enfoques legais sobre o uso de recursos naturais, os impactos, a sustentabilidade e mesmo o recurso à retórica ambiental como meio de legitimação das partes em disputa, a chamada "ambientalização dos conflitos sociais"⁴.

ETAPAS DA ATIVIDADE

A atividade se desdobrou em três aulas com intervalo de uma semana entre elas.

Na primeira aula, foi exibido o documentário *Vento Contra*, de Adriana Mattoso, realizado em 1981, que situa o conflito entre a comunidade caiçara de Trindade e a chegada do empreendimento imobiliário após a abertura da Rodovia Rio-Santos, no início dos anos 1970. Nesse momento, foi apresentado o conflito específico que se deu em Trindade, através de depoimentos de caiçaras, de grileiros e empreiteiros que compuseram um panorama dos enfrentamentos históricos vividos na localidade. No documentário ainda não aparecia a temática da sobreposição com as unidades de conservação, problema que se intensifica somente a partir de 1999, quando o então IBAMA⁵ começa a aplicar multas e estabelecer restrições à população caiçara situada no interior do Parque Nacional Serra da Bocaina.

Já nessa primeira aula, ao final da discussão sobre o filme, foi feita a primeira divisão de personagens para a realização da audiência pública. Na

turma de 15 alunos, foram distribuídos os papéis de caiçaras (pescadores, envolvidos com turismo, lideranças, mulheres e deslocados), empreendedores (tradicional e moderno), gestores ambientais (um conservacionista e outro socioambientalista)⁶, turistas (um de baixa renda e outro de alta renda), um representante da Prefeitura Municipal, uma professora local e um pesquisador, além de um relator, que inicialmente assumiria o papel de jornalista, mas que por fim se tornou o secretário-executivo da Audiência Pública. Cada aluno teria uma semana (estendida posteriormente por mais uma segunda semana) para estudar seu papel.

A segunda aula, realizada na semana posterior, consistiu na exibição de trechos de apresentações públicas de gestores ambientais sobre a gestão de unidades de conservação. O objetivo aqui era aprofundar o aspecto socioambiental do conflito, considerando os diferentes pontos de vista sobre a superposição entre unidades de conservação e comunidades tradicionais. As falas não tratavam especificamente do caso de Trindade, mas serviam muito bem para analisá-lo.

Discutimos duas falas, que apresentavam duas visões opostas sobre a superposição de territórios de comunidades tradicionais e unidades de conservação de proteção integral. A análise dos discursos buscava identificar nas falas os aspectos que as diferenciavam como conservacionista e socioambientalista. Essa diferenciação tinha especial importância na caracterização dos gestores ambientais na Audiência Pública, mas também serviu para munir de argumentações os diferentes atores em disputa.

No caso específico de Trindade, a localidade se encontra no interior do Parque Nacional Serra da Bocaina (unidade de proteção integral), criado em 1971, sobreposto ainda à Área de Proteção Ambiental Cairuçu (unidade de uso sustentável). Pela legislação, em caso de superposição prevaleceria as regras da unidade mais restritiva, no caso o parque nacional. A área ocupada pela comunidade caiçara está em sua grande parte no interior do Parque, enquanto as terras apropriadas pelo empreendimento imobiliário foram “desafetadas” do Parque logo em 1972.

Somente na terceira aula é que ocorreu o evento da “audiência pública”. A atividade foi iniciada com a leitura do regimento da audiência pública, que definia as regras do debate e sua finalidade. O professor representou um procurador do Ministério Público Federal, presidindo a audiência e comandando a mesa diretora, formada ainda pelo secretário-executivo (um aluno escolhido para relator da audiência) e uma procuradora (a monitora da disciplina). Foi apresentado um regulamento da audiência pública⁷, o caso fictício foi lido e, posteriormente, foi aberta a fala aos participantes.

OS ATORES, OS PAPÉIS E OS PONTOS DE VISTA

Para que os alunos pudessem desempenhar seus papéis na audiência, foi necessária uma preparação anterior. Com duas semanas de antecedência, cada aluno escolheu seu respectivo papel e recebeu então orientações para sua preparação, com materiais disponíveis para tal.

Caiçaras: Os papéis de representantes da comunidade caiçara foram distribuídos entre duas alunas e dois alunos, cada um deles com um perfil específico: um que atua na pesca, outro no turismo de base comunitária, uma liderança comunitária e outro que falaria como um caiçara que deixou a comunidade no passado para residir na área urbana de Paraty. No desenrolar da atividade, esses papéis acabaram se misturando, os caiçaras atuaram em bloco sem muita distinção entre eles. Para a preparação de suas falas foram indicados os seguintes materiais: Cartografia Social de Trindade: a pesca artesanal da comunidade Caiçara de Trindade (Paraty, RJ) (2016), relatório “A vida na Praia do Sono” (IGARA CONSULTORIA, 2011), capítulo “Histórica vitória”, do livro Genocídio dos Caiçaras (SIQUEIRA, 1984), capítulo “Conflitos por terra e repressão no campo na região da Costa Verde, Litoral Sul Fluminense” (FEITOSA & SILVA, 2014) do relatório Conflitos por terra e repressão no campo no Estado do Rio de Janeiro (1946-1988) (MEDEIROS et al., 2015) e os curtas-metragens “Vento Contra” (1981), “Trindade para os Trindadeiros” (1978) e “Trindadeiros 30 anos depois” (2009)⁸.

Cabe um destaque especial ao boletim da Cartografia Social de Trindade, que é todo redigido com as falas de entrevistas realizadas com caiçaras de Trindade. O mapa principal da publicação, elaborado de forma colaborativa com a população local, foi o mapa base para a discussão da atividade com os alunos, pois lá estavam representados os diversos elementos colocados em debate, como os limites das unidades de conservação, as práticas culturais caiçaras, a área do empreendimento, as áreas orientadas ao turismo e as zonas de pesca artesanal.

Empreendedores: Dois alunos escolheram representar os papéis de empreendedores imobiliários e turísticos. Também aqui buscamos uma diferenciação entre os dois: um empreendedor tradicional, com uma fala mais agressiva, e outro empreendedor moderno, que buscaria se apropriar de um discurso de responsabilidade ambiental e social e cooptar a comunidade. Os dois alunos conseguiram cumprir seus papéis de forma bem distinta e ao longo da execução foram divergindo em seus posicionamentos.

A escolha pelos dois perfis faz referência ao próprio processo histórico de apropriação de terras na Trindade, quando durante a década de 1970 prevaleceu o grupo empreendedor assumiu uma postura ostensiva de retirada da população caiçara, com o uso de violência e grilagem, enquanto desde os anos 1980 um novo grupo empreendedor assume a Trindade Desenvolvimento Territorial e busca negociar com os caiçaras. Apesar das diferenças, os empreendedores modernos não abrem mão de práticas agressivas, como atesta o assassinato do jovem Jaison Caique Sampaio por PMs que faziam a segurança do empreendimento.

O material de estudo para os empreendedores acabou sendo o mesmo que o dos caiçaras, para que conhecessem o contexto, mas foi indicado que buscassem formular argumentações a partir de um discurso desenvolvimentista bastante difundido socialmente. No vídeo assistido em sala de aula - Vento Contra - havia entrevistas tanto de um grileiro tradicional quanto do empresário "moderno" que assumiu o empreendimento no início dos anos 1980.

Gestores dos órgãos ambientais: Um aluno e uma aluna que escolheram representar os gestores de órgãos ambientais tiveram que apresentar visões distintas, uma preservacionista (ou conservacionista) e uma socioambientalista. Utilizamos a distinção previamente estudada no livro de Antonio Carlos Diegues (1996). O material para estudo consistiu na Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (BRASIL, 2000), as páginas eletrônicas do Parque Nacional da Serra da Bocaina e da APA Cairuçu⁹, o capítulo referente a Trindade na dissertação de Carlos Felipe de Andrade Abirached (2011), além da audição das participação dos gestores ambientais nas mesas redondas do I Encontro de Justiça Socioambiental da Serra da Bocaina (2015), analisada na aula anterior à audiência.

Turistas: Aqui também foram um aluno e uma aluna como representantes de turistas, com o objetivo de diferenciar as posições de um turista de alta renda e um de baixa renda ("mochileiro"). Consideramos que esses dois enfoques trariam diferentes visões sobre como usufruir dos atrativos turísticos de Trindade, o turista de alta renda com uma visão mais exclusivista e o de baixa renda com uma demanda de serviços mais acessíveis. Os textos de referência para a composição dos personagens foram "Modelos de turismo, florestas e rendas locais" (WUNDER, 2006) e "Turismo em áreas menos desenvolvidas: caracterização, desenvolvimento e planejamento turístico na Vila de Trindade-RJ" (OLIVEIRA, 2005).

Mais três personagens completaram a audiência pública: uma professora que dá aula na escola de Trindade; um pesquisador interessado na cultura caiçara e um representante da Prefeitura de Paraty. Eles teriam como consulta o mesmo material comum distribuído aos demais. Não foi dada nenhuma orientação explícita sobre que posicionamento deveriam tomar, somente algumas questões foram lançadas. À professora: qual o papel da escola e da educação numa comunidade tradicional? Ao pesquisador: parecer técnico ou visão posicionada? Ao representante da Prefeitura: que interesses estão sendo priorizados pelo Governo Municipal e como a ação do Poder Público afeta o conflito em pauta?

O EVENTO: IMITAÇÃO E CRIAÇÃO

A atividade teve início com a abertura para a fala de cada um dos participantes (3 minutos cada), iniciando pelos gestores ambientais, seguidos pelos caixas, os empreendedores, os turistas e, por fim, a professora, o pesquisador e o representante da Prefeitura. Concluída a primeira parte, o presidente da audiência pública recapitulou as principais questões e, após um breve intervalo, encaminhou uma nova rodada, com tempo reduzido, para que fossem apresentadas dúvidas e perguntas entre os participantes. Ao final dessa segunda rodada, o encerramento consistiu na apresentação de propostas de cada parte envolvida para solucionar o conflito em questão.

O professor, como presidente da audiência pública, exerceu um papel principalmente de mediador, buscando recolocar a questão central do debate quando esta se perdia e provocando reações e novos argumentos através de perguntas e informações adicionais. Mas os principais caminhos do debate foram trilhados pelos próprios alunos participantes.

Aqui é interessante avaliar alguns aspectos interessantes no desdobramento da atividade. Os materiais disponibilizados para a preparação dos alunos possibilitava a eles repetirem argumentos e até mesmo falas inteiras copiadas dos materiais. Mesmo essa prática, no entanto, se torna criativa ao engendrar novas falas e argumentos que surgem posteriormente à imitação. Numa situação de debate, uma vez feita a fala inicial, as falas seguintes necessariamente surgiam da contra-posição argumentativa, em que muitas vezes as ideias se alimentam da escuta atenta do outro.

O processo de construção dos personagens também se mostrou bastante variado. Alguns alunos se esforçaram nos aspectos mais formais da argumentação, até mesmo redigindo previamente a fala, enquanto outros valorizaram mais a dramatização. Embora essas escolhas possam ter se dado por um investimento maior ou menor na leitura e preparação, a combinação entre as duas atitudes resultou numa influência recíproca construtiva, pois os mais “dramáticos” se aproveitavam

das formulações mais elaboradas, ao passo que os mais “formais” eram provocados pelo ímpeto dos que “vestiam o personagem”.

Cada participante contribuiu para a discussão trazendo relatos que correspondem a “pacotes interpretativos”, que estão implícitos ou explícitos em sua fala. Como afirma Fuks (1998),

as versões a respeito de um determinado assunto público elaboradas no contexto de disputas localizadas são alimentadas por “pacotes interpretativos”, os quais fornecem amplos repertórios de recursos argumentativos para a elaboração dos “relatos” a respeito de eventos significativos. Organizados a partir de um universo constituído por ideias-chave, metáforas, frases de efeito e referências a princípios morais, os pacotes interpretativos servem como guias gerais de como pensar e o que fazer a respeito do assunto em questão.

A utilização desses esquemas e a sua adequação dentro da discussão são, pois, os elementos centrais a serem avaliados. Para isso, é importante conduzir o debate em pelo menos duas rodadas. Numa primeira rodada, todos apresentaram em três minutos cada um dos argumentos previamente preparados após as atividades das aulas anteriores e a consulta do material sugerido. Na segunda rodada, é preciso partir da interação e trazer elementos novos para o debate, a partir da confrontação ou da complementação da fala dos outros. Os “pacotes interpretativos” se apresentam mais ou menos empacotados e se abrem, trazendo consigo os argumentos, consistentes ou meramente retóricos. É interessante que a intervenção do professor/condutor da audiência procure evidenciar os “pacotes” de cada um, reforçando o que apresentam de coerente e questionando suas eventuais inconsistências.

O Quadro 2 apresenta o que foi realizado na “audiência pública” aqui analisada. Na primeira rodada, todos os participantes falaram apresentando seus argumentos iniciais. Na segunda rodada, inscrevem-se aqueles que procuram dar sequência à discussão e se destacam tanto aqueles que

	Caiçaras	Empreendedores	Gestores ambientais	Turistas	Outros
Primeira rodada	Denúncia dos deslocamentos anteriores (realocação em áreas urbanas); relação entre manutenção da comunidade no território, conservação ambiental e cultural.	Defesa de que a propriedade é legalizada; acusação de que caiçaras "romantizam" sua própria história; acusação de que os caiçaras já causam, eles mesmos, os impactos criticados; a infraestrutura atual está precária; a violência vem sendo recorrente no lugar.	Preservacionista: ênfase nos objetivos do Parque Nacional e suas diretrizes, necessidade de fiscalização para garantir proteção integral.	Alta renda: melhor dotar o local de infraestrutura e conforto.	Prefeitura: em conjuntura de baixo orçamento, não se pode descartar o capital privado, que pode trazer benefícios para a população; é importante consultar os caiçaras para tomar decisões.
	Ancestralidade da ocupação; "rancho de pesca" está localizado em local de fácil acesso aos consumidores externos à comunidade.		Socioambientalista: reconhecimento da presença secular dos Caiçaras, da sustentabilidade de suas práticas de subsistência e de sua territorialidade.	Baixa renda: defesa do ecoturismo; turismo que preserva a população local que ali vive, gerando renda que é revertida para a própria comunidade; turismo como relação de troca.	Professora: o investimento da área visa em primeiro lugar o lucro, a população ficaria em segundo plano; no passado engam caiçaras analfabetos fazendo-os assinar a venda das terras.
	Crítica do impacto da movimentação de barcos de turismo para a pesca dos caiçaras; defesa de área destinada à roça; sustentabilidade da pesca artesanal.	O projeto busca aproveitar o turismo de forma segura e estruturada; o projeto gerará emprego; o projeto terá contrapartidas sociais que vão beneficiar os caiçaras.			Pesquisador: o rancho possui características que preservam a arte e a cultura, é um patrimônio cultural; é uma bioconstrução que usa materiais que não causam impacto ambiental.
Segunda rodada	Os caiçaras precisam tanto do turismo quanto da pesca para gerar renda; existe uma violência histórica dos empreendedores contra os caiçaras; a lei está sempre do lado dos poderosos; os caiçaras têm posse há várias gerações, mas não possuem registro em cartório.	Caiçaras antigos assinaram documentos abrindo mão da área e receberam indenização; os caiçaras já possuem uma parte da área para sua moradia; pesca artesanal é um "resquício romântico".	Socioambientalista: o projeto ameaça o desenvolvimento sustentável da área, feito pelos caiçaras; o projeto coloca em risco a preservação do modo de vida caiçara, que tem mantido a floresta de pé e a biodiversidade; os caiçaras não precisam de empregos de baixa qualificação, mas de terem sua geração de renda, através da pesca, roça e turismo.	Turista de baixa renda: não basta dar empregos sem dar capacitação, os empregos vão para os que vêm de fora; se os empregos gerados forem por temporada, os caiçaras precisarão manter suas atividades de subsistência ao longo do ano; o turismo de base comunitária permite ao caiçara trabalhar com turismo sem perder sua cultura.	Professora: Os empreendedores buscam enganar a população para que assine documentos sem conhecimento do conteúdo; não se pode viver num espaço em que não é possível cultivar para subsistência; a Prefeitura deveria apoiar a população que a elegeu, não o empreendimento.
	Os caiçaras foram ludibriados para assinar documentos; ser remanejado para a área urbana só levou a condições de vida precárias.	A população caiçara possui baixa escolaridade, não tem condições de decidir seu futuro; existem caiçaras dentro da comunidade que querem sair para morar nas cidades grandes; a população caiçara tende a crescer e se tornar inviável na área que ocupa.			

Quadro 2 | Esquemas argumentativos utilizados pelos personagens na "audiência pública simulada"

Organização | O autor

melhor se prepararam para o debate quanto os mais atentos, que utilizarão como recurso os conteúdos desdobrados na primeira rodada.

Em nosso caso, a polarização ocorreu principalmente entre os caiçaras e os empreendedores, embora o conflito, no caso, fosse incitado pela demolição solicitada pelo órgão ambiental. Foi necessário em diversos momentos retomar o fio da meada, para que o ponto central da discussão não se perdesse. Na segunda rodada, observamos que não foram todos a se posicionar, uma parte dos alunos que não se inscreveu se tornou então expectador do debate, apesar de eventualmente se manifestarem em face das falas ouvidas.

Para sintetizar o roteiro, temos aqui então uma proposta de atividade desdobrada em três aulas (aproximadamente duas horas cada, com uma extensão maior na terceira aula, em que culmina o evento), com uma preparação com duas semanas de antecedência, em que os alunos têm esse período para consultar o material e preparar o seu script. A preparação requer uma pesquisa prévia para organização do material a ser disponibilizado aos alunos e selecionado para ser trabalhado nas aulas que antecedem o evento. Na execução o professor assume o papel de mediador do debate, conduzindo a distribuição do tempo de fala e pontuando os argumentos de forma a reforçar a coerência interna de cada “pacote interpretativo” trazido pelos alunos. Por fim, a avaliação é direcionada, em primeiro lugar, à preparação individual dos alunos (que fica explícita na primeira rodada, em que todos obrigatoriamente participam), e em segundo lugar, na interação entre as partes (que aparece principalmente a partir da segunda rodada), em que se manifesta a capacidade de

escuta e compreensão do outro e formulação rápida de respostas aos desafios colocados para discussão, bem como a capacidade de improviso diante de problemas.

Com esse exemplo buscamos contribuir com a pesquisa sobre as formas inovadoras de trabalhar a geopolítica na sala de aula, não só como conteúdo, mas também como método de raciocinar sobre o espaço geográfico e as relações de poder que nele se engendram.

NOTAS

¹ Carlos Walter Porto-Gonçalves. Geopolítica e meio ambiente. Palestra realizada no Ciclo de Debates: Geopolítica Contemporânea, no Instituto de Educação de Angra dos Reis/UFF, em 2016.

² Ver Moraes (2010).

³ Um desdobramento previsto para este trabalho é o de adaptar esta atividade para ser realizada em aulas de ensino médio e do segundo segmento do ensino fundamental em Paraty, de modo a observar as diferenças na apropriação e engajamento no debate em diferentes contextos.

⁴ Ver José Sérgio Leite Lopes (2006). Num contexto de comunidades caiçaras da Baía da Ilha Grande, ver Costa (2008).

⁵ O IBAMA era o órgão responsável pela gestão de unidades de conservação, função hoje desempenhada pelo ICMBio.

⁶ Aqui se adotou a caracterização exposta por Antonio Carlos Diegues (1996) já estudada anteriormente em aula.

⁷ Inspirado no regulamento de uma audiência pública para licenciamento da Etapa 2 da exploração do Pré-Sal, realizada em 2014, em Paraty.

⁸ A disponibilidade desse material só foi possível com as sugestões e o compartilhamento da pesquisadora Anna Cecília Cortines (FIOCRUZ), co-autora da Cartografia Social de Trindade, que esteve presente em nossa universidade apresentando em 2016 alguns resultados do trabalho realizado em Trindade.

⁹ Conforme páginas do ICMBio: Área de Proteção Ambiental Cairucu <<http://www.icmbio.gov.br/cairucu/>> e Parque Nacional Serra da Bocaina <<http://www.icmbio.gov.br/parnaserradabocaina/>>. Acessos em: 15 maio 2017.

REFERÊNCIAS

ABIRACHED, Carlos Felipe de Andrade. **Ordenamento territorial e áreas protegidas: conflitos entre instrumentos e direitos de populações tradicionais em Ubatuba-Paraty.** 178 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável)-Centro de Desenvolvimento Sustentável, UnB, 2011. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/9568/1/2011_CarlosFelipedeAndradeAbirached.pdf>. Acesso em: 15 maio 2017.

BOLETIM CARTOGRAFIA DA CARTOGRAFIA SOCIAL: uma síntese das experiências / Cartografia Social de Trindade: a pesca artesanal da comunidade Caiçara de Trindade (Paraty, RJ), n. 4, dez. 2016, Manaus: UEA Edições, 2016.

BRASIL. **Lei 9985**, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm>. Acesso em: 15 maio 2017.

IGARA CONSULTORIA. **Relatório**: a vida na Praia do Sono. Jul. 2011.

COSTA, Gustavo V. L. da. **O Aventureiro, Ilha Grande, RJ**: uma análise de mudança social. 313 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social)-PPGAS, Museu Nacional, UFRJ, 2008. Disponível em: <http://arquivos.proderj.rj.gov.br/inea_imagens/downloads/pesquisas/PE_Marinho_do_Aventureiro/Costa_2008.pdf>. Acesso em: 15 maio 2017.

DIEGUES, Antonio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 2005 [1996].

FEITOSA, Annagesse; SILVA, Iby Montenegro da. Conflitos por terra e repressão no campo na região da Costa Verde, Litoral Sul Fluminense. In: MEDEIROS, Leonilde S. de. (Org.). **Conflitos por terra e repressão no campo no Estado do Rio de Janeiro (1946-1988)**. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2015. Disponível em: <<http://www.cev-rio.org.br/site/arg/CPDA-UFRRJ-Conflitos-por-terra-e-repressao-no-campo-no-RJ.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2017.

FUKS, Mario. Arenas de ação e debate públicos: conflitos ambientais e a emergência do meio ambiente enquanto problema social no Rio de Janeiro. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 1, p., 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581998000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 maio 2017.

LOPES, José Sérgio Leite. Sobre processos de “ambientalização” dos conflitos e sobre dilemas da participação. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 12, n. 25, p. 31-64, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ha/v12n25/a03v1225.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2017.

MORAES, Jerusa Vilhena de. **A alfabetização científica, a resolução de problemas e o exercício da cidadania**: uma proposta para o ensino de Geografia. 246 f. Tese (Doutorado em Educação)-Faculdade de Educação, USP, 2010. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-14062010-103955/pt-br.php>>. Acesso em: 15 maio 2017.

OLIVEIRA, Alexandra Campos de. Turismo em áreas menos desenvolvidas: caracterização, desenvolvimento e planejamento turístico na Vila de Trindade-RJ. **Pasos**: revista de turismo y patrimonio cultural, v. 3, n. 1, p. 149-169, 2005. Disponível em: <<http://www.pasosonline.org/Publicados/3105/PS110105.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2017.

SIQUEIRA, Priscila. **Genocídio dos Caiçaras**. São Paulo: Massao Ohno/Ismael Guarnelli Editores, 1984. p.69-80.

WUNDER, Sven. Modelos de turismo, florestas e rendas locais. In: PRADO, Rosane Manhães (Org.). **Ilha Grande**: do sambaqui ao turismo. Rio de Janeiro: Garamond/ Eduerj/ Faperj, 2006. p.133-190.

FILMOGRAFIA

TRINDADE para os trindadeiros. Direção: Adriana Mattoso, 1979 (14 min.). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Y7DCHywoyKM>>. Acesso em: 15 maio 2017.

TRINDADEIROS 30 anos depois. Direção: Davi Paiva e Sílvio Delfim, 2009 (15 min.). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=-Zlx5sDwKK0>>. Acesso em: 15 maio 2017.

VENTO contra. Direção: Adriana Mattoso, 1981 (37 min.). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=AEldstzzQ8E&t=193s>>. Acesso em: 15 maio 2017.